

Resumo: O Documento de Aparecida convoca toda a Igreja latino-americana e caribenha a se colocar em estado permanente de missão (DA 551). Uma Igreja em estado permanente de missão exige a conversão pastoral de nossas comunidades, que se vá além de uma pastoral de mera conservação, para uma pastoral decididamente missionária (DA 370). Neste processo, Aparecida clama por uma renovação da Paróquia. Concretamente aponta uma saída: que os agentes missionários promovam a criação de comunidades de famílias, que coloquem em comum sua fé e as respostas aos seus problemas (DA 372). Em outras palavras, criar Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Neste artigo queremos enfrentar esta questão.

Abstract: The Document of Aparecida convokes all the Latin American and Caribbean Church to place in permanent state of mission (DA 551). A Church in permanent state of mission demands the pastoral conversion of our communities, and goes beyond a pastoral of mere conservation to a pastoral decidedly missionary (DA 370). In this process, Aparecida clamors for a renewal of the Parish. It points an exit: that the missionary agents promote the creation of communities of families, who place its faith in common and the answers to its problems (DA 372). In other words, to create Basic Ecclesial Communities (CEBs). In this article we want to face this question.

Conversão pastoral e renovação missionária a partir das CEBs¹

Sérgio Ricardo Coutinho*

* O autor é Mestre em História pela UnB. Professor de História da Igreja Antiga no Curso de Pós-graduação *lato sensu* em História do Cristianismo Antigo na UnB; professor de História da Igreja no Instituto São Boaventura (franciscanos conventuais); presidente do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (Cehila-Brasil); assessor da CNBB para as CEBs.

¹ Conferir, do mesmo Autor, o artigo "As CEBs no Documento de Aparecida", publicado nesta revista em 2008: *Encontros Teológicos* n. 51, ano 23, número 3, pp. 99-110.



1 A Renovação missionária deve impregnar todas as estruturas eclesiais (DA 365)

O Documento de Aparecida convoca toda a Igreja latino-americana e caribenha a se colocar em estado permanente de missão (DA 551). Para isso, pelo menos 4 exigências se apresentam.

Primeiro, a Igreja, para que ela seja toda missionária, necessita desinstalar-se de seu comodismo, estancamento e tibieza (DA 362). Em segundo lugar, para que a pessoa inteira e todas as pessoas tenham vida em plenitude, cada comunidade cristã precisa converter-se em “um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo” (DA 362). Em terceiro, para que esta firme decisão missionária de promoção da cultura da vida impregne todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda a instituição, abandonando as ultrapassadas estruturas (DA 365).

Por fim, uma Igreja em estado permanente de missão exige a conversão pastoral de nossas comunidades, que se vá além de uma pastoral de mera conservação, para uma pastoral decididamente missionária (DA 370). Com isso, está em jogo sua própria renovação eclesial.

Diante das transformações sociais e culturais, uma renovação eclesial deve envolver reformas espirituais, pastorais e também institucionais (DA 367).

Nesse processo, Aparecida clama por uma renovação da *Paróquia*. Esta é célula viva da Igreja, mas faz-se necessário sua vigorosa renovação, a fim de que seja, de fato: espaço de iniciação cristã, educação e celebração da fé, aberta à diversidade dos carismas, serviços e ministérios; organizada de maneira comunitária e responsável; integradora de movimentos; aberta à diversidade cultural e a projetos pastorais supra-paroquiais e das realidades circundantes (DA 170). A renovação das paróquias exige reformular suas estruturas, para que sejam redes de comunidades e de grupos (DA 173).

Desse modo, continua o documento, levando-se em consideração as dimensões de nossas paróquias, é aconselhável uma setorização em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e de coordenação, que permitam maior proximidade às pessoas e a grupos que vivem na região. Concretamente, Aparecida aponta uma saída: que os agentes missionários promovam a criação de *comunidades de famílias*, que coloquem em comum sua fé e as respostas aos seus problemas



(DA 372). Em outras palavras, criar *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs).

Em relação à Igreja no Brasil, essa proposta já vem se desenvolvendo há muitos anos, desde a elaboração de seus Planos de Pastoral e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, bem como na organização pastoral da CNBB.

2 As CEBs na estrutura organizativa da Igreja no Brasil

A Igreja no Brasil, nos últimos 60 anos, sempre procurou estar em sintonia com os “sinais dos tempos” e a responder aos desafios postos para o trabalho evangelizador.

Em 1962, em resposta a uma carta que o Papa João XXIII enviara às Igrejas latino-americanas, os bispos do Brasil criaram o seu primeiro Plano de Pastoral, visando abranger todo o território nacional. Assim, nasceu o *Plano de Emergência* (PE), seis meses antes da abertura do Concílio Vaticano II. Esse plano apresentava 4 eixos fundamentais, que tinham por objetivo unificar a ação eclesial no Brasil. *Renovação* era a palavra de ordem, por isso os três primeiros eixos a tinham em mente: 1º Renovação das Paróquias; 2º Renovação do Ministério Presbiteral; 3º Renovação dos Educandários Católicos. O 4º eixo era a própria implantação de uma ação pastoral planejada: Introdução a uma Pastoral de Conjunto.

Para a nossa reflexão aqui, chama a atenção o eixo da *Renovação das Paróquias*. O vocábulo *comunidade* foi a palavra-chave e de particular relevância do PE. Aparece como referencial constante das grandes intuições renovadoras do Plano.

O enfoque dado ao termo foi prevalentemente teológico-pastoral. Seu complemento mais frequente, que confere uma conotação específica ao termo, é *de Igreja*. Várias vezes, inclusive, *comunidade* é sinônimo de *Igreja* (local, universal)².

Essas comunidades de Igreja são designadas como *comunidades de fé, de culto, de serviço divino, de caridade*.

Os qualificativos que acompanham o substantivo *comunidade* são vários: local, paroquial, natural. O mais relevante, porém, é o adjetivo

² Cf. PE, pp. 16, 17 e 19.



natural. O texto que versa sobre a renovação paroquial apresenta uma tipologia de comunidades naturais, seja do ponto de vista religioso (cristãs, abertas à evangelização, indiferentes, pagãs), seja do ponto de vista geográfico ou ambiental (rurais, de bairro, de trabalho, de estudantes)³.

Como ponto de partida e paradigma da renovação paroquial, o Plano menciona a *comunidade-piloto*, expressão que traduz certo pioneirismo pastoral atribuído a experiências pastorais renovadoras do Nordeste.

O vocábulo *comunidade* veicula, assim, ao longo do discurso do PE, uma das ideias-chave da eclesiologia renovada do imediato pré-Vaticano II, que inspira, em grande parte, o esforço de renovação pastoral da Igreja no Brasil.

Terminado o Concílio Vaticano II (dezembro de 1965), a Igreja no Brasil foi, sem dúvida nenhuma, uma das primeiras que, por meio de sua Conferência Episcopal, deu uma resposta ampla às perspectivas de mudanças desejadas por aquele grande evento eclesial. No começo do ano de 1966, o *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC) já se apresentava como uma proposta acabada para colocar a Igreja do Brasil no compasso das conclusões do Concílio.

Na tentativa de colocar bases sólidas à totalidade da ação pastoral, o PPC tomou os principais documentos conciliares e criou seis linhas fundamentais de ação. A 1ª linha, baseada na Constituição *Lumen Gentium*, dava as coordenadas para uma eclesiologia que, mais tarde, ganharia o nome de “comunhão e participação”. Suas ações visavam reforçar os elementos estruturantes da Igreja e seus agentes principais.

A 2ª linha tinha por objetivo introduzir na Igreja do Brasil a preocupação com o anúncio do Evangelho além de suas fronteiras, inspirando-se no documento conciliar *Ad Gentes*. Esta linha buscava reunir todas as iniciativas surgidas em torno do polo missionário, entre elas o Projeto Igreja-irmãs, que visava a solidariedade entre as dioceses do Brasil.

A 3ª linha tinha em mente a preocupação com a formação dos cristãos. Na linha da *Dei Verbum*, buscava tornar o cristão uma pessoa adulta, capaz de dar razão de sua fé e de sua esperança.

³ Cf. PE, pp. 21-24. O texto não define a comunidade natural, mas apresenta elementos que permitem deduzir o sentido da expressão: homogeneidade relativa dos grupos; delimitação do território de convivência (bairros, povoados rurais); centro de interesse comum (trabalho, estudo).



A linha 4 buscou adequar toda a dimensão orante e celebrativa da Igreja às conclusões do Concílio, dando novo rumos à liturgia. A 5ª linha foi a que tratava do relacionamento da Igreja Católica com as outras Igrejas cristãs.

A 6ª e última linha do PPC reunia todas as iniciativas da Igreja que visavam à vivência do profetismo cristão na sociedade, por meio da radical evangélica opção preferencial pelos pobres.

No entanto, podemos constatar que a resolução mais importante do PPC foi a de propor um novo modelo de Igreja que facilitasse plena participação de todos os batizados na base da sociedade e da Igreja, já iniciada com o PE. Daí a importância da linha 1 como ponto de partida para as demais linhas.

A tentativa de virada eclesiológica que o PE representa se manifesta, sobretudo, no uso abundante do vocábulo *comunidade*, com uma carga semântica característica daquele momento de transição de uma eclesiologia prevalentemente jurídicista para a eclesiologia de comunhão.

O PPC marca uma clara linha de continuidade com essa tendência, abrindo-a, porém, às novas conquistas e perspectivas do Vaticano II.

O vocábulo *comunidade* tem amplo espaço no Plano. Por isso, podemos considerá-la também a palavra-chave do Plano conforme está escrito: “A Igreja é a comunhão de vida dos homens com o Pai e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, comunicada e manifestada pela mediação da comunidade visível”.⁴

Agora, é preciso destacar a presença no PPC da expressão *comunidade de base*, usada também no plural. A expressão é conectada, em certa forma, com a expressão *comunidade natural*, usada várias vezes no PE, mas sem identificar-se com ela. O texto não explicita o conteúdo do termo, dando-o por suposto, e indica apenas uma de suas formas de concretização na área rural: as capelas rurais.

A expressão sinaliza uma das reais inovações do PPC, que contém embrionariamente toda a riqueza das *Comunidades Eclesiais de Base*.

A porta de entrada para a tematização das CEBs no PPC é a dinamização das paróquias. Ao tratar da comunidade de Igreja, o PPC

⁴ Cf. PPC, pp. 26-27.



constata a dificuldade de as paróquias se converterem em comunidades vivas, concluindo:

*Faz-se urgente uma **descentralização da paróquia**, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de **suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, comunidades de base** (como as capelas rurais), onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos.⁵*

Nossas paróquias locais são ou deveriam ser compostas de várias comunidades locais ou comunidades de base, dada sua extensão, densidade demográfica e percentagem de batizados a elas pertencentes de direito. Será, pois, de grande importância empreender a renovação paroquial pela criação ou dinamização dessas comunidades de base. Nelas devem ser desenvolvidas, na medida do possível, as seis linhas fundamentais de ação da Igreja.⁶

Dessa forma, as CEBs foram incorporadas na Linha 1, naquilo que ficou conhecido como “dimensão comunitário-participativa” da CNBB.

Em 2001, com as modificações estatutárias da CNBB, a dimensão comunitário-participativa foi dividida em 3 Comissões Episcopais: a Comissão para a Família, a Comissão para as Vocações e Vida Consagrada, e a Comissão para o Laicato. Foi justamente nesta última, que se criou o “Setor CEBs”.

Uma das missões deste Setor, por meio de seu assessor, é o de participar da articulação nacional das CEBs, em parceria com a Comissão Ampliada Nacional de CEBs e com o Secretariado do “Intereclesial” que se organiza na (arqui)diocese que recebe o encontro nacional das CEBs.

A Ampliada Nacional das CEBs se constituiu nos preparativos para o VI Intereclesial em Trindade (GO), em 1986, como um grupo de apoio e serviço à Igreja local no planejamento do Intereclesial. O seu nascimento foi uma forma de garantir a presença dos Regionais da CNBB na preparação dos Intereclesiais, como trabalho coordenado em nível nacional e garantidor da memória dos encontros.

⁵ Cf. PPC, pp. 38-39. (os grifos são nossos)

⁶ Cf. PPC, p. 58. (os grifos são nossos)



Seu atual perfil é formado pelo Secretariado da Igreja local do Intereclesial e seu respectivo (Arce)Bispo, por dois representantes eleitos em cada Regional (preferencialmente um homem e uma mulher, um(a) religioso(a) e outro(a) leigo(a)), dois assessores permanentes, dois membros do Secretariado do último Intereclesial, por um membro do CONIC (visando o diálogo ecumênico) e do CIMI (procurando o diálogo com outras culturas irmãs), pelo bispo que acompanha as CEBs na Comissão Episcopal Pastoral do Laicato da CNBB, e pelo assessor do Setor CEBs dessa mesma Comissão.

3 A conversão pastoral requer comunidades eclesiais de discípulos missionários ao redor de Jesus Cristo (DA 369)

A necessária conversão pastoral e renovação eclesial, sem dúvida nenhuma, passa pela paróquia.

Conforme salientou o Documento de Aparecida, as pessoas anseiam, hoje, por uma experiência religiosa pessoal: há uma fome pelo divino, uma busca pelo absoluto. O “reencantamento” religioso acontece em todas as religiões do mundo. O rápido crescimento das Igrejas pentecostais atesta, de modo claríssimo, o que as pessoas esperam das tradições religiosas em sua busca por sentido pessoal e em sua procura por uma comunidade igualitária e participativa.

Com o apoio e o encorajamento de um pequeno grupo, as pessoas encontram seu caminho para Deus, e Deus encontra um caminho para as pessoas. As pessoas têm ânsia de experimentar Deus, de relacionar-se com Ele e de compartilhar sua própria fé com outras pessoas, em liberdade e espontaneidade, numa atmosfera de identidade e confiança.

Uma pesquisa recente confirmou muito bem esta necessidade das pessoas. Por meio de entrevistas com os membros de diversas comunidades, revelou-se que as principais mudanças sentidas na vida daquele (ou daquela) que participa de uma CEB são: a vivência comunitária; a participação coletiva que muitas vezes contribui para a saída do isolamento; o aprendizado nos relacionamentos interpessoais; a convivência com realidades sociais distintas, incluindo-se aí pessoas de diferentes classes sociais.

(...) porque a gente começa a conhecer mais pessoas, a troca de experiências, a fé que a gente celebra junto, as várias interpretações do



próprio Evangelho a partir da vida da gente, eu acho que isso sempre enriquece a fé. (N.N., 39 anos, casado)

Olha, como toda a gente dentro da comunidade, na vila onde eu moro, a gente tá [sic] junto de toda a luta do povo, que é pela escola, para ampliar as salas de aula, para ter mais séries, na luta pela associação de moradores e bem nessa ação aí se unir ação com oração. (N.N., 46, casada)⁷

Nesse sentido, a unidade básica da Igreja, a paróquia, parece ser deficiente, em muitas partes da Igreja, neste aspecto. O que faz falta é a pequena comunidade de fé, que é a resposta de hoje à busca individual por Deus e ao envolvimento pessoal significativo em favor da transformação da humanidade.

De fato, a paróquia foi, até agora, e para muitos segue sendo, a única base eclesial canônica dos batizados. No entanto, Aparecida clama por uma paróquia missionária, “comunidade de comunidades” ou “rede de comunidades”.

Num olhar crítico sociológico, a paróquia se constituiu numa estrutura com características que dificultam o trabalho evangelizador: é uma instituição de “Cristandade”, uma organização de massa, circunscrita territorialmente, centrada no culto-devocional, defendendo a ordem social, com forte liderança sacerdotal e, enfim, uma instituição administrativo-financeira.

A questão é se é possível propor um modelo alternativo, mais evangélico, onde haja participação. Um modelo que favoreça a co-responsabilidade de todos os seus participantes. Um modelo onde a fraternidade, a comunhão (*koinonia*) e os serviços (*diakonia*) sejam expressão real do mistério salvífico, sinais do reino e reveladores do projeto de Deus em Cristo. Será possível, na paróquia, radicalizar a tal ponto a experiência da fé, que a evangelização aconteça pela irradiação da vivência cristã das próprias comunidades?

É fundamental, em todo esse processo de conversão pastoral, recuperar o impulso evangelizador.

Nosso povo ainda não foi evangelizado. Ser cristão não é só ser batizado, casar na Igreja, participar da missa, receber os sacramentos em geral. A vida “sacramental” é ponto de chegada. Há um ponto de

⁷ Cf. FERNANDES, Sílvia Regina Alves. *Novas Formas de Crer: católicos, evangélicos e sem-religião nas cidades*, CERIS/PROMOCAT, SP, pp. 209 e 211.



partida que ficou relegado: a conversão, que é fruto da evangelização. Conversão para Cristo, para o seu projeto.

O primeiro ato de fé representa uma mudança radical na vida da pessoa. Mudam-se os critérios, mudam-se as atitudes, coloca-se na “contramão da história”, isto é, na oposição ao “projeto do mundo” ou da sociedade em que vivemos, que não se pautam pelas propostas de Jesus, e na disposição de viver a caridade e o compromisso com o projeto de Deus, até sacrificar a própria vida, como Jesus.

A adesão a Cristo, a fé, nos insere na comunidade dos seus seguidores, nos faz membros explícitos de seu povo, do “novo gênero humano”, do qual ele é o primogênito.

A inserção na comunidade também é um processo. O primeiro ato de fé, que vem pela graça de Deus e pela descoberta de Jesus e de seu projeto, supõe um processo longo de inserção na comunidade. O catecumenato não pode ser suposto sob o risco de “queimar” uma etapa fundamental. E a catequese não pode ser reduzida a algumas noções teóricas ou um aprendizado de fórmulas. Ela só tem sentido se for experiência progressiva da fé, um tempo em que a pessoa se treina para viver em fraternidade, faz os exercícios de superação dos egoísmos e suas consequências, para viver o amor, que é a própria essência do cristianismo.

Há um processo para se chegar à comunidade cristã, que não é respeitado. Nosso povo é batizado, recebe os sacramentos, mas não tem consciência clara de que está inserido em uma comunidade nova, misteriosa, sacramental.

Esse é um dos dramas da paróquia. Nós não somos comunidades de discípulos. Nossas paróquias têm fiéis, fregueses, pessoas que buscam sacramentos, bênçãos, encomendações etc., mas não se sentem membros de uma comunidade de “salvos em Cristo”. Eles só fazem a “desobriga”. A paróquia não evangeliza nem catequiza, no verdadeiro sentido da palavra.

A paróquia é realidade mais jurídica que “mistérica”. Acabou sendo uma sociedade de batizados, conscientes ou não de sua fé, que vivem em certo território, com uma série de deveres ou obrigações, que nem sempre entendem e aceitam.



4 A setorização da paróquia em unidades territoriais menores (DA 372) e a criação de Comunidades Eclesiais de Base⁸

Tanto o Documento de Aparecida, como o de Santo Domingo, dizem que paróquia deve tornar-se uma “comunidade de comunidades e movimentos”. Em outras palavras, a paróquia deve tornar-se uma “federação de comunidades”.

No entanto, acontece que aqui se introduz uma ideia de comunidade diferente do sentido comum de comunidade paroquial. A comunidade cristã não é uma sociedade qualquer, ela não é uma aglomeração de “sócios”, mas de “discípulos”. São os discípulos de Cristo que formam comunidades cristãs. Exige-se dos discípulos uma postura nova, diferente, fundamentada na caridade e na fraternidade, na comunhão, na vivência da fé cristã; é uma realidade sacramental, ou seja, uma realidade humano-divina, fundada sobre Jesus, morto, ressuscitado e Senhor da História.

Comunidade é diferente de massa. Nossas paróquias em geral são compostas de uma “massa enorme” de fiéis. Para ser comunidade cristã é preciso passar além do anonimato das massas, é preciso viver relações de fraternidade, partilha de vida, os bens, a própria experiência da fé, provocar um confronto permanente com a Palavra (o projeto de Deus), e celebrar na alegria, na festa, a salvação que vai se manifestando em nós pela força do Espírito de Deus.

Na massa não temos nome, somos número. Na comunidade somos conhecidos e conhecemos nossos(as) companheiros(as), e podemos estabelecer relações fraternas profundas, possibilitando uma verdadeira ajuda mútua. Na comunidade não podemos fugir dos compromissos, não podemos refugiarnos no anonimato, como acontece normalmente na paróquia tradicional, com sua pastoral de massa ou de grande quantidade de “fiéis”.

A questão, hoje, é passar da paróquia centrada no padre, nos sacramentos e na matriz, onde se atende à massa dos fiéis, para a multiplicidade de comunidades menores, esparramadas pelo meio do povo, onde seja possível o processo de discipulado. Isso conduz para uma série de mudanças:

⁸ Muito importante nesse sentido é o pequeno livro do Pe. José Marins, da coleção “À luz de Aparecida”, que oferece um rico roteiro para a setorização da paróquia e a formação de Comunidades de base. Cf. MARINS, Pe. José. *CEBs e pequenas comunidades eclesiais*, Ed. CNBB, Brasília, 2009, pp. 30-41.



- a) O centro, ou o referencial, é a Palavra. Na paróquia tradicional, o referencial são os sacramentos e o padre. Nas comunidades, com o padre ou, em muitos casos no Brasil, sem ele, o povo se reúne em torno da Palavra. O padre pode provocar o surgimento da comunidade em torno da Palavra, bem como celebrar a caminhada de fé do povo da comunidade que vai se estruturando. Mas a comunidade pode continuar a crescer e organizar seus serviços, animados por um(a) leigo(a) ou equipe de leigos. A fé não depende do padre, mas da conversão a Jesus Cristo;
- b) A experiência da fé, na força da Palavra, faz amadurecer a comunidade, e dá aos participantes certa autonomia, e aos poucos vai rompendo a relação matriz-capela, que em muitos casos se tornou uma relação de dependência. À medida que a comunidade adquire maturidade, adquire autonomia e pode articular-se em pé de igualdade com outras comunidades, até com a matriz;
- c) A matriz muda de “status”, por assim dizer, e passa a ser uma das comunidades que se articulam em pé de igualdade com as demais. O padre também muda de posição. De “senhor”, passa ou deve passar para articulador, animador, formador, celebrante de alguns sacramentos e sinal de unidade de um conjunto de comunidades. Deixa de ser “funcionário” do sagrado e distribuidor de sacramentos e sacramentais, para ser “pastor” de muitos(as) discípulos(as) que se reúnem em comunidades diferentes e diferenciadas, e para elas é sacramento da solicitude do Bom Pastor, que é Jesus. O enfoque passa a ser diferente;
- d) O discipulado leva as comunidades a um processo permanente de iniciação à fé (catecumenato) de todos os membros das comunidades, também novos. E prepara-os para celebrar de modo novo os sacramentos. Os sacramentos aos poucos se tornam ponto de chegada, e não de partida, como na paróquia tradicional, pois a evangelização adquire mais importância. A Palavra começa a ser verdadeiro alimento do povo de Deus, como foi e é a Eucaristia (DV, 21);
- e) Os serviços burocrático-administrativos podem localizar-se na “matriz”, mas as decisões não são mais exclusivas de uma comunidade ou da matriz. Todas as comunidades têm, ou deveriam ter, poder de decisão, tanto na pastoral como no econômico. Os conselhos, tanto pastoral como administrativo, devem necessariamente contar com os delegados das comunidades, e



as decisões que comprometem o conjunto devem ser tomadas por todos;

- f) Muda a “posição” do padre. Pelo direito canônico, o padre continua sendo o responsável último de tudo na paróquia, e o representante legal do bispo e da diocese. Na prática, deve priorizar a palavra e dedicar-se com o máximo empenho à formação e crescimento das comunidades. Deve capacitar-se, sobretudo para formar evangelicamente os animadores leigos das comunidades, os coordenadores dos setores e serviços (ministérios) que vão surgindo nas comunidades. Não é mais apenas o presidente da celebração, mas deve tornar-se também o formador dos agentes leigos, o bom Pastor, no sentido do evangelho, isto é, o que “dá a vida pelas suas ovelhas” como Jesus! É o irmão de referência entre os muitos irmãos (*primus inter pares*).

Em resumo, podemos descrever a proposta assim: que a paróquia se transforme em área geográfica ou jurídica de comunidades eclesiais de base, e que se considerem células vivas da Igreja as comunidades de discípulos, as comunidades de base, as comunidades geradas pela Palavra. Coordenadas por leigos ou também por diáconos permanentes, se existirem, cada grupo de comunidades se articule dinamicamente e de forma própria dentro de uma paróquia, tendo um presbítero como animador e articulador.

Desse modo, a paróquia viraria mais área pastoral, articulando comunidades, como uma mediação entre a diocese e as bases. A estrutura diocesana aos poucos poderia ser a seguinte (e já a encontramos em um sem número de dioceses): comunidade, paróquia, área (ou forania) e diocese. A referência seriam sempre as comunidades, embora os serviços burocráticos e administrativos mínimos ficassem em um determinado lugar ou em diversos lugares da área paroquial.

Talvez assim possamos concretizar a solicitação vinda de Santo Domingo, e corroborada por Aparecida: “paróquia, comunidade de comunidades”.

Endereço do Autor:

SQN 212, Bloco F, Apto. 201, Asa Norte
70864-060 Brasília, DF